

EMERGÊNCIA DE NOVIDADES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AÇAÍ EXTRATIVO MANEJADO: O CASO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RIBEIRINHOS

Renato dos Prazeres Rodrigues¹
Monique Medeiros²

RESUMO

A Associação dos Moradores e Produtores de Açaí de Cametá, no Pará, é pioneira no município na organização coletiva de açaí de 41 ribeirinhos associados e na comercialização de açaí certificado como orgânico de 37 associados. As famílias ribeirinhas localizadas no município manejam a agrofloresta de várzea para a produção de açaí e demais matérias-primas pautadas em seus amplos conhecimentos adquiridos através das experimentações. Desde 2008, a Asmopac vem se articulando com a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta) e possibilitando aos associados comercializarem seu açaí orgânico em distintos mercados. À luz dessa experiência, este artigo objetiva analisar o papel de parcerias organizacionais que articulam agroextrativistas de açaí do arquipélago cametaense. Entre os meses de agosto e dezembro de 2020, entrevistas com roteiros semiestruturado foram direcionadas aos atores sociais envolvidos na cadeia do açaí extrativo. As análises mostram uma reconfiguração no modo de manejar os açazais dos associados para atender a demanda dos mercados. Por meio da criação da Asmopac e sua parceria com a Camta, estes associados diversificaram seus sistemas agroextrativistas e melhoraram a qualidade de seu açaí. Apesar da importância da existência dessas parcerias, sua consolidação não ocorre isenta de desafios e limitações.

Palavras-chave: Agroextrativismo. Manejo de açazais. Organizações Sociais. Limitações participativas.

EMERGENCY OF NEWS IN THE PRODUCTION AND MARKETING OF MANAGED EXTRACTIVE AÇAÍ: THE CASE OF AN ASSOCIATION OF RIVERINE PRODUCERS

ABSTRACT

The Association of Residents and Açaí Producers of Cametá, in the state of Pará, is a pioneer in the municipality in the collective organization of açaí by 41 riverine members and in the marketing of açaí certified as organic by 37 members. The riverside families located in the municipality manage the floodplain agroforestry to produce açaí and other raw materials based on their extensive knowledge acquired through experimentation. Since 2008, Asmopac has been working with the Tomé-Açu Mixed Agricultural Cooperative (Camta) and enabling its members to sell their organic açaí in different markets. In light of this experience, this article aims to analyze the role of organizational partnerships that bring together açaí agroextractivists from the Tomé-Açu archipelago. Between August and December 2020, semi-structured interviews were conducted with the social actors involved in the açaí extraction chain. The analysis shows a reconfiguration in how the members manage their açaí trees to meet market demand. Through the creation of Asmopac and its partnership with Camta, these members have diversified their agro-extractive systems and improved the quality of their açaí. Despite the importance of these partnerships, their consolidation is not without its challenges and limitations.

Keywords: Agro-extractivism. Management of açaí plantations. Social organizations. Participatory limitations.

Data de aprovação: 29.12.2023

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (INEAF/UFPA). Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA). E-mail: renatoadp13.rr@gmail.com

² Doutora em Agroecossistemas (UFSC/PPGA). Professora Adjunta na Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF). E-mail: mmedeiros@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, detentora de significativo potencial de produtos da sociobiodiversidade, abriga em seus complexos ecossistemas povos e comunidades tradicionais que manejam e coletam os recursos coexistentes. Dentre os produtos da floresta, os não madeireiros, como fibras, cipós, óleos, plantas fitoterápicas, frutos etc., constituem uma oportunidade real de geração de renda e alimento para as famílias do meio rural (MDA; MMA; MDS, 2009). Ressalta-se que o extrativismo vegetal sustentável dos recursos da sociobiodiversidade contribui para manter a floresta em pé, sendo essencial para a provisão de serviços ambientais e resiliência dos ecossistemas (VIANA, 1999).

Na Amazonia Paraense, em meio a uma riqueza de produtos da sociobiodiversidade, o açaí se destaca como o principal fruto pelo seu elevado potencial de geração de alimento, renda e emprego (NOGUEIRA; SANTANA; GARCIA, 2013), o que tem levado povos e comunidades tradicionais, assim como grandes produtores, a plantarem e manejarem essa espécie. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a expansão do plantio de açais convencionais em ecossistema de terra firme, no estado do Pará, cresceu 775% quando comparados os anos de 2010 e 2022. O quantitativo de hectares cultivados passou de 6.886 para 53.374 de açais plantados com as cultivares BRS Pará e BRS Pai d'Égua, ambas desenvolvidas pela própria empresa. Embora, aproximadamente 90% do açaí produzido no estado, provém do manejo pelos ribeirinhos amazônicos, dos estipes de açazeiros nativos, nos ecossistemas de várzea (EMBRAPA, 2023), sem a utilização dos pacotes tecnológicos promovido pela Revolução Verde. Os ribeirinhos que habitam as várzeas amazônicas, se distinguem dos demais povos tradicionais brasileiros pelo seu modo de vida peculiar atrelado ao profundo conhecimento dos rios e da floresta, indispensáveis na reprodução social dessa categoria, pelo intermédio dos recursos que ambos os ambientes lhes oferecem (PEREIRA; WITKOSKI, 2012; RIBEIRO et al., 2004; RODRIGUES; MEDEIROS, 2023a). O município de Cametá, situado no Nordeste Paraense, banhado pelo rio Tocantins e seus afluentes, possui uma população de aproximadamente 134 mil habitantes, sendo 78 mil pessoas residentes na zona rural. Dessas, 39 mil habitam o arquipélago de mais de 100 ilhas, composto por mais de 12 mil estabelecimentos agropecuários, em ambos, as famílias produzem açaí extrativo manejado que compõem aproximadamente 70% da renda delas, no período da safra, que inicia em agosto e se estende até meados de dezembro (CORRÊA, 2010; FURLANETO; SOARES; FURLANETO, 2020; IBGE, 2023; OLIVEIRA; BRANDÃO; PENA, 2014.). Para além dos produtos florestais do extrativismo vegetal, como madeira, fibras, frutas e oleaginosas, essas famílias ribeirinhas praticam o agroextrativismo baseado no manejo de algumas variedades de espécies frutíferas regionais, como o cacau (*Theobroma cacao*), o cupuaçu (*Theobroma Grandiflorum*), ingá (*Inga edulis*), jambo (*Syzygium malaccense*), limão (*Citrus limon* L.), laranja (*Citrus sinensis* (L.)), banana (*Musa spp.*), manga (*Mangifera indica* L.), dentre outras.

No município, o açaí extrativo manejado sempre constituiu a dinâmica produtiva dos ribeirinhos situados no arquipélago. Anterior à década de 2000, existia apenas a demanda regional por açaí. O uso do fruto se restringia exclusivamente para a elaboração de polpa para o consumo das famílias ribeirinhas e comercialização, nas feiras locais e para os processadores artesanais³. Entretanto, com a descoberta da composição nutricional da polpa do fruto, em especial dos antioxidantes presentes nela, o açaí passou a conquistar a aceitação das mais diversas classes sociais, em nível regional, nacional e internacional. Em Cametá, a partir desse ano, como reflexos do aumento do conhecimento desses benefícios pelos consumidores, inovações na cadeia produtiva do fruto emergiram.

³ Despolpam o fruto para a extração do suco, conhecido localmente como “vinho”, para a comercialização aos consumidores locais.

Para atender o mercado nacional e, posteriormente, o internacional, agroindústrias processadoras da polpa de açaí se instalaram em alguns municípios próximos à Cametá, a exemplo de Igarapé-Miri, Mocajuba e Tomé-Açu. Atualmente, Cametá conta com cinco agroindústrias regularizadas. Acompanhando a demanda expressiva do mercado agroindustrial pelo fruto também ocorreram mudanças tanto no manejo dos açazais dos ribeirinhos quanto na organização coletiva desses ribeirinhos para a comercialização do açaí *in natura* para as agroindústrias.

Na ilha Guajará de Baixo, lócus da pesquisa, todas as 81 famílias praticam o manejo do açaí extrativo, algumas com maior, outras com menor interferência na vegetação da agrofloresta nativa. Considera-se que o manejo dos estipes nativos tem garantido a maior produção de matéria-prima (fruto de açaí) e viabilizado o funcionamento das agroindústrias no período da safra do fruto. Entretanto, muito se tem questionado sobre a sustentabilidade socioambiental das unidades familiares produtoras de açaí onde se tem aplicado o manejo intensivo, que resulta na eliminação da maioria das espécies florestais naturalmente consorciadas com os açazeiros, para dar lugar a uma paisagem com a predominância dos estipes de açazeiro, processo este conhecido como “açazização” (HIRAOKA, 1993, p. 5).

No que se refere ao âmbito organizacional, alguns ribeirinhos, percebendo a oportunidade de alcançar mercados para além dos já acessados, fundaram uma associação de apoio à comercialização de açaí extrativo manejado. Entre as experiências coletivas mais expressivas, destaca-se a Associação dos Moradores e Produtores de Açaí de Cametá (Asmopac), criada em 2007, com sede na Ilha Cação, em Cametá-PA. A associação foi constituída a partir da reformulação da Associação de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Ilha Cacoal (Apadic), que foi fundada em 2003, na Ilha Cacoal, em Cametá.

Ressalta-se que a Asmopac é uma organização social pioneira no município de Cametá na organização coletiva de açaí extrativo manejado e na comercialização de açaí certificado como orgânico de 37 de seus 41 associados, distribuídos em 23 ilhas do território cametaense, em 2023. Através de um acordo de cooperação com a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta), desde 2008, esta tem articulado a certificação dos associados da Asmopac como produtores de açaí orgânico, por meio da certificação a nível institucional pela certificadora IMO Control do Brasil. A partir de 2010, decorrente dessa cooperação, a Camta garante a compra da produção total de açaí orgânico dos associados da Asmopac. Após despolpado na agroindústria da Camta, o açaí é exportado para o Japão, Alemanha, Alemanha, Israel e Estados Unidos. Para garantir a qualidade desse açaí, a Camta presta assistência técnica aos associados, compartilhando conhecimentos sobre o Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (Safta), e promovendo sua realização, com adaptações à realidade dos ecossistemas de várzea.

Irradiando resultados importantes em termos de acesso a informações, melhoria de renda e benefícios coletivos, este artigo objetiva: Analisar os elementos que diferenciam a Asmopac de outras associações do município de Cametá, destacando as oportunidades de escolhas - de práticas produtivas e mercadológicas - que essa organização possibilita aos ribeirinhos envolvidos no manejo de açaí extrativo a ela associados.

Para análise das especificidades do contexto da produção, organização e comercialização do açaí pelos ribeirinhos cametaenses, adotou-se o enfoque teórico da produção de novidades (BULHÕES, 2011; CHARÃO-MARQUES, 2009; GAZOLLA, 2012; GEELS, 2002; 2004; GEELS; SCHOT, 2007; KEMP; ASSELT, 2001; KEMP; SCHOT; HOOGMA, 1998; MEDEIROS, 2011; 2017; MEDEIROS, SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021; MELLO, 2009; NELSON, 1977; 2005; NELSON; ROTMANS; KEMP, 1978; OLIVEIRA, 2014; OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008; SCHUMPETER, 1934; WINTER, 2005; 1997). No contexto do açaí extrativo manejado, menciona-se a emergência da Asmopac como uma novidade que poderá influenciar nas escolhas dos ribeirinhos no manejo dos estipes de

açazeiros nativos, na certificação orgânica e no acesso aos mercados. Ademais, mobilizou-se o conceito de “escolha” (Firth, 1974), para auxiliar nas análises da compreensão das motivações que levam os ribeirinhos a realizarem suas escolhas.

A fim de alcançar o objetivo proposto, realizou-se pesquisa empírica nos meses de agosto e de dezembro de 2020. Os dados foram construídos com os interlocutores por meio da realização de entrevistas com roteiro semiestruturado (MICHELAT, 1987). Foram entrevistados o presidente da Camta; a presidenta da Asmopac; 16 ribeirinhos não associados à Asmopac e 3 associados à Asmopac, residentes na ilha Guajará de Baixo. Os ribeirinhos associados à Asmopac serão identificados como associados-intermediários, pois estes atuam na intermediação da produção de açaí dos ribeirinhos não associados, para a associação. Além dos associados-intermediários, atuam nessa cadeia os atravessadores. Os atravessadores, apesar de não serem vinculados à associação, diariamente, nos meses de safra, percorrem os beiradões da ilha para a compra de açaí, para abastecer as agroindústrias. Nesse contexto, tornam-se concorrentes dos associados-intermediários na compra do açaí extrativo manejado dos não associados. Para além dessas duas opções de comercialização, os ribeirinhos não associados, acessaram as feiras e os batedores artesanais locais para a venda do açaí *in natura*.

Ressalta-se que o período pandêmico da Covid-19 dificultou o alcance de uma maior representatividade. A escolha pelo lócus na ilha Guajará de Baixo, se deu por existir nesta ilha ribeirinhos associados e não associados à Asmopac, e ambos envolvidos ativamente no manejo, produção e comercialização de açaí extrativo manejado. A ilha Guajará de Baixo, composta em 2021 por 81 famílias, localiza-se à margem direita do rio Tocantins, com trajeto exclusivo por via fluvial para se chegar na sede, com duração de aproximadamente 1 hora em lanchas motorizadas. Os discursos orais dos informantes, foram anotados no diário de campo e gravados após autorização. Posteriormente, foram transcritos para compor os resultados e discussões do presente artigo.

1 EMERGÊNCIA DE NOVIDADES NO CONTEXTO RURAL

A ideia de que as inovações são uma espécie de ‘motor’ para o desenvolvimento econômico, de modo geral, persiste no mundo neoliberal contemporâneo, embora tenha surgido na primeira metade do século XX (SCHUMPETER, 1934/1985). Inovar segue vinculado à noção de que esta atividade humana trata da realização de novas combinações de recursos, seja pela introdução de um novo bem, de uma nova tecnologia de produção, a abertura de um novo mercado ou a conquista de uma nova fonte de matéria-prima, tendo como finalidade última a proteção aos empreendimentos e a garantia de ‘lucros’ em um sistema capitalista.

Ainda que mantida certa fidelidade à proposta schumpeteriana, muito foi sendo agregado às noções seminais de inovação. Por exemplo, autores como Nelson e Winter (1997) passaram a evidenciar o caráter evolucionário das inovações. Segundo eles, os desenvolvimentos tecnológicos do passado são cumulativos e as inovações, desenvolvidas em períodos temporais específicos, são resultantes da evolução de conhecimentos, habilidades dos indivíduos e rotinas das organizações econômicas. Para além do mercado, Nelson e Winter (2005) salientam que as inovações surgem por influência de distintos fatores, como a pesquisa e o desenvolvimento desencadeados pela organização econômica ou pelo contexto em que a organização está inserida, cabendo à ciência parte da responsabilidade na geração de novos conhecimentos. Essa vertente neoschumpeteriana, no âmbito da economia evolucionária, propõe que inovar também trata da busca de novos hábitos (instituições) frente à necessidade das organizações, sendo este processo resultante de combinações de práxis existentes no ambiente produtivo, apontando para o alcance limitado dos modelos fortemente orientados por funções de produção.

Sem perder o viés evolucionário, aos poucos, foram se transformando as noções de que os processos de produção de inovação estão estritamente ligados ao surgimento de uma tecnologia. Uma destas propostas é a noção de que um 'regime tecnológico' engloba conhecimento científico, práticas de engenharia, processos de produção de tecnologias, características de produtos, habilidades e procedimentos, instituições e infraestruturas; sendo este complexo de interrelações o que constitui a totalidade da tecnologia (KEMP; SCHOT; HOOGMA, 1998). Avançando um pouco mais, surge o debate de que tal 'regime' também incorpora a comunidade externa ao grupo social diretamente envolvido no processo de inovação tecnológica, o que significaria considerar que outros atores (não experts) não necessariamente compartilham as regras e as práticas que constituem o regime tecnológico (GEELS, 2002).

Se multiplicam também as propostas teórico-metodológicas que asseveram a necessidade de incorporar o componente 'social' à análise das transformações tecnológicas, uma delas passa a sugerir a noção de 'regime sociotécnico', que, mantendo uma forte influência institucionalista, se refere a um conjunto semi-coerente de regras (cognitivas, normativas e regulativas), que proporcionam estabilidade por guiar percepções e ações e acabam por estruturar profundamente os sistemas sociotécnicos (GEELS, 2004). A noção de regime sociotécnico é central para o estabelecimento de uma Perspectiva Multinível (PMN), que trata de aprofundar estudos sobre co-evolução tecnológica a partir da ideia de que transições sociotécnicas são vistas como processos que ocorrem em diferentes níveis de organização e estabilidade institucional. A transição seria, aqui, entendida como um processo gradual e contínuo de mudança estrutural dentro de uma sociedade ou cultura (ROTMANS; KEMP; ASSELT, 2001). Geels e Schot (2007) enfatizam que essa perspectiva entende a transição sociotécnica como resultado de alinhamentos entre desenvolvimentos em múltiplos níveis (micro, meso e macro).

Pesquisadores brasileiros também estabeleceram estudos sobre as novidades na agricultura, e se seguiram várias pesquisas e publicações, que vêm tratando de dar visibilidade a processos inovadores com características específicas. Os estudos pioneiros, no Brasil, buscaram:

- Contribuir para um melhor entendimento das transformações sociotécnicas localizadas, tratando das interfaces entre atores e conhecimentos que interferem na formação de nichos de inovação (CHARÃO-MARQUES, 2009);
- Evidenciar as várias conformações organizacionais que podem ser percebidas como novidades (MELLO, 2009);
- Identificar a contribuição de diferentes formas de produção de conhecimentos para o surgimento de novidades (BULHÕES, 2011);
- Analisar a heterogeneidade das expressões da agência e dos projetos dos atores sociais envolvidos na emergência das novidades (MEDEIROS, 2011; 2017);
- Estabelecer uma relação das novidades com a construção social de mercados (GAZOLLA, 2012);
- Relacionar uma multiplicidade de atores e práticas epistêmicas com a emergência de inovações identificadas com as dinâmicas das novidades (OLIVEIRA, 2014).

Um dos elementos em comum entre os trabalhos é que as propostas mantêm a ideia de que os processos que geram espaços (protegidos) para as inovações surgem em oposição a um regime dominante, estabelecendo-se de 'baixo para cima' passam a potencializar dinâmicas co-evolucionárias e/ou as múltiplas interações entre o natural, o técnico e o institucional, o que envolve o desenvolvimento de inúmeras práticas.

Ademais, tais trabalhos, de diferentes formas e intensidade, se inspiram nas concepções de Oostindie e Broekhuizen (2008) acerca da emergência das novidades na agricultura.

Segundo esses autores, uma novidade emerge da capacidade diferenciada dos atores sociais de pensar e incorporar combinações de novas ideias que venham melhorar ou

aperfeiçoar o processo produtivo, seja através de um artefato, de uma rede de cooperação, de acesso a mercados diferenciados, de novas práticas de manejo etc. Ainda para esses autores supracitados, emergência de novidades também depende de um indispensável diálogo entre os conhecimentos adquiridos externamente (tático e científico) e do saber local para a construção de um conhecimento contextual. Na concepção de Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021, p. 10) o conhecimento contextual é um ingrediente indispensável aos processos de desenvolvimento rural, que valoriza as dinâmicas sociais, técnicas e econômicas endógenas. Por intermédio desse novo conhecimento, enraizado no contexto dos atores sociais, são moldadas as práticas e interações com o meio biofísico (STUIVER, 2008), e as novidades contribuem para um melhor funcionamento dessas interações dentro do sistema (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

Assim, entende-se que as novidades “quebram” regras e se desvinculam da lógica hegemônica, dando autonomia ao ator social local de pensar, articular suas habilidades, agir e realizar modificações possíveis de melhorias, seja no ambiente de trabalho, nos artefatos, nas redes de relações etc., que atendam suas necessidades e anseios (WISKERKE; VAN DER PLOEG, 2004; OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020; MEDEIROS; SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021). Para Oostindie e Broekhuizen (2008), o amplo conhecimento dos atores sociais com o meio biofísico é o que permite uma íntima relação com o contexto local. Desse modo, as novidades emergem como soluções viáveis, capazes de resolver problemas diários presentes no contexto rural. Assim, os atores sociais buscam criar meios inovativos de otimizar o uso dos recursos (OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020).

Desse modo, por meio da coprodução do social com o material, profundamente recíprocos entre sociedade/natureza, os recursos naturais locais, passíveis de novas roupagens na produção de novidades, se reconfiguram, e retroalimentam de forma cíclica no sistema (PLOEG, 2006; OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008). Para Oliveira, Grisa e Niederle (2020), apesar da possibilidade de incremento de conhecimentos externos, a emergência de novidades perpassa principalmente por ajustes contínuos locais, decorrentes das condições que os agricultores convivem cotidianamente, no sentido de produzir melhorias. Dessa maneira, novas experiências são traduzidas em novos conhecimentos, que por sua vez inspiram novas práticas (MEDEIROS; SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021).

Percebe-se que os horizontes da emergência de novidades nos permitem um olhar mais profundo nas relações de transição dos atores sociais com os processos sociotécnicos impostos pelo regime dominante. Por esta razão, acredita-se que através das “lentes” da produção de novidades constrói-se um campo fértil para a análise da cadeia produtiva e organizacional do açaí extrativo, produzido por ribeirinhos amazônicos.

2 PARCERIAS EM TORNO DA COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ EXTRATIVO COMO NOVIDADE

No contexto da comercialização do açaí extrativo manejado pelos ribeirinhos da ilha Guajará de Baixo, anterior à presença dos associados-intermediários e atravessadores nos beiradões, os ribeirinhos que almejavam comercializar, acessavam as feiras das vilas e município cametaense, diariamente para abastecê-las. Devido o açaí ser restrito ao comércio local, a lei da oferta e demanda auferia a incerteza da venda total da produção, nesses espaços. Desse modo, nem todas as famílias manejam os açaiçais nativos com o intuito de comercializar o fruto. As trocas de açaí por outros produtos, como a farinha de mandioca, eram recorrentes entre os ribeirinhos das várzeas com os agricultores familiares dos ecossistemas de terra firme, onde se cultivava os roçados de mandioca. Outro modo de troca, era o açaí por mercadorias, entre ribeirinhos e comerciantes.

A partir do ano 2000, com a demanda externa por açaí e a presença dos primeiros atravessadores nos beiradões, os ribeirinhos da ilha de Guajará de Baixo, com a intenção de aumentar a produção, aperfeiçoaram o manejo dos estipes nativos. Entretanto a comercialização ainda acontecia exclusivamente individual nos mercados locais e para os atravessadores. A partir de 2007, com a emergência da Asmopac, a comercialização pelos ribeirinhos associados ganhou-se novas roupagens. Essa associação, afim de possibilitar a comercialização de açaí de seus associados para novos mercados (agroindústrias convencionais) exigentes em maior volume de açaí manejado, organizou coletivamente a produção dos associados e facilitou a venda diretamente para os representantes dessas agroindústrias. Essa ação da Asmopac, desarticulou a comercialização da produção de seus associados para os atravessadores, com isso, alcançou-se um valor monetário de R\$ 3,00 a mais, na lata, como é conhecida localmente a unidade de medida utilizada pelos ribeirinhos na venda do açaí *in natura*. Quando abastecida com o fruto, cada lata pesa 14kg. Ressalta-se que o preço pago por lata pelos atravessadores e associados-intermediários varia constantemente, na safra de 2023, o preço mínimo foi R\$ 35,00 e o máximo R\$ 45,00.

Salienta-se que, para além da Asmopac, atualmente em Cametá, há a presença de cooperativas e associações de agricultores familiares, que vislumbram o acesso de novos mercados para a produção de produtos da biodiversidade. Dentre elas, a Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins (Cart), segue modos operantes semelhantes à Asmopac na comercialização de açaí de seus cooperados às agroindústrias convencionais (SOUZA, 2011). Entretanto, o grande diferencial da Asmopac em relação as demais cooperativas e associações relacionado a comercialização do açaí dos associados, emergiu em meados de 2008, através da formalização de um acordo de cooperação com a Camta, que garantia a compra total do açaí dos associados da Asmopac que cumprissem com algumas exigências. Dentre elas, a Camta, exigia-se açaí orgânico, com isso a própria cooperativa custeou com a certificação dos associados da Asmopac que cumprissem com os requisitos legais da certificadora do Instituto de Mercado Ecológico- IMO Control do Brasil.

Até março de 2023, dos 41 ribeirinhos associados à Asmopac, 37 eram produtores orgânicos. A produção dos não orgânicos permanecia vinculada às agroindústrias convencionais. Ressalta-se que, a Camta exige dos associados da Asmopac a produção de açaí somente nos meses de safra, sendo seis vezes na semana, com no mínimo 800 latas por embarque e quantidade máxima não estabelecida. Enquanto que as agroindústrias convencionais compram em quantidade inferior ou superior ao exigido pela Camta. Nessa relação dos associados da Asmopac, com o mercado de açaí orgânico, o principal atrativo ainda é o valor monetário superior em aproximadamente R\$ 5,00 por lata, em relação ao pago pelas agroindústrias convencionais.

Percebe-se que, nessas possibilidades de mercados, a abertura de novos canais de comercialização possibilitados pela Asmopac, para a venda direta às agroindústrias convencionais e a da Camta, aufere aos associados preços mais justos para o açaí. Em se tratando do açaí orgânico, barganha-se no mínimo R\$ 8,00 em relação a lata de açaí não certificado. Em Guajará de baixo, embora os atravessadores e associados-intermediários, paguem na lata, preço inferior as agroindústrias convencionais e a Camta, estes figuram como importantíssimos nessa cadeia para os não associados, que com a permanência da compra nos beiradões, se distanciam da lei da oferta e demanda para a venda do açaí nas feiras e para os batedores artesanais.

Salienta-se que, essa dialogação com vários mercados, possibilitados pela Asmopac para seus associados, aufere menores riscos e incertezas na comercialização do açaí. Além disso, a cooperação entre Asmopac e Camta, vêm contribuindo para a sustentabilidade socioambiental no manejo de açaí extrativo dos seus associados, decorrente de arranjos produtivos baseados nos Sistemas Agroflorestais de Tomé-Açu (Safta).

3 A INFLUÊNCIA DA PARCERIA ORGANIZACIONAL NO MANEJO DE AÇAÍ EXTRATIVO

Decorrente da demanda por açaí em grande volume pelas agroindústrias convencionais, decorrente da eliminação de espécies madeireiras e frutíferas, no ato do manejo pelos ribeirinhos, do açaí extrativo, alguns sistemas produtivos em Guajará de Baixo se aproximam da “açaização”. A parceria entre a Asmopac e a Camta tem retroalimentado estratégias para reverter os prejuízos socioambientais causados pelo manejo predatório. Em julho, mês que antecede a safra do açaí, três técnicos da Camta se deslocam de Tomé-Açu para um barracão comunitário localizado na Ilha Cação, em Cametá, para a realização de palestras envolvendo o manejo sustentável do açaizal.

Segundo a presidenta da Asmopac e o presidente da Camta, os conhecimentos repassados pelos técnicos, aos associados e não associados que participam desses encontros, recaem na diversificação produtiva. No caso dos associados da CAMTA, estes cultivam culturas de ciclo curto, como arroz, milho, feijão, maracujá, mamão e banana, de ciclo médio, a exemplo de pimenta-do-reino, cacau, açaí e dendê, e de longo prazo, como andiroba e mogno (CAMTA, 2021). No caso das orientações aos ribeirinhos cametaenses, os palestrantes da Camta apresentam os modelos de arranjos produtivos, possíveis de serem adotados nas unidades de produção dos ribeirinhos. Para os associados da Asmopac, a modificação dos arranjos para os que melhor atendem suas perspectivas econômicas, sociais e ambientais, passam a ser construídos coletivamente *in lócus*, entre técnico e associado. Segundo a presidenta da Asmopac, os arranjos mais aceitos pelos associados vinculam às espécies vegetais que oferecem algum produto de interesse comercial ou alimentar. Entre as espécies, destacam-se a andirobeira, a ucuubeira, o cacaeiro, o buritizeiro, o murumuruzeiro, e o açaizeiro, entre outras.

Nesses espaços de trocas de conhecimentos táticos e científicos com o saber local, emergem novidades no conhecimento contextual da arte do manejo do açaizal (OOSTINDIE E BROEKHUIZEN, 2008). Segundo Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021), a partir dessas trocas de conhecimentos e experiências, entre atores sociais endógenos e exógenos, emergem possibilidades de uma novidade de desenvolvimento territorial, voltado ao contexto local e para os atores locais.

Para incentivar os associados da Asmopac na diversificação produtiva, a Camta, distribuiu em 2020, mudas de cacau híbrido para os associados plantarem em seus sistemas de produção. Além disso, a cooperativa garante a compra da produção das sementes de oleaginosas e as amêndoas de cacau produzidas pelos ribeirinhos associados. Ressalta-se que após a valorização econômica do açaí, os ribeirinhos eliminaram grande parte dos cacaeiros nativos de suas unidades de produção, no ato do manejo dos açaizais. Atualmente, os associados compreendem a necessidade de reverter os prejuízos ambientais causados pelo manejo intensivo nos açaizais. Esse processo vem se concretizando por meio da implantação e manejo de mudas de essências florestais nas unidades de produção e do reflorestamento às margens dos rios e igarapés.

Essas estratégias, permitiram uma maior possibilidade de renda para os associados. Segundo os associados de Guajará de Baixo, de janeiro a julho, de suas unidades de produção, provém renda com a comercialização da andiroba, do murumuru, da ucuuba e do cacau e, de agosto a dezembro com a venda do açaí. Desse modo, assegura-se a segurança econômica, além da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional das famílias.

Por outro lado, os não associados, apesar de alguns participarem dos momentos presenciais de palestras, entretanto não são assistidos pelos técnicos da Camta, tão pouco têm a garantia de mercado para os produtos da sociobiodiversidade, isso pode ser limitante para a adoção de sistemas mais diversificados. Ademais, as outras cooperativas e associações de

agricultores familiares cametaenses, se diferenciam da Asmopac, por não terem com seus associados o comprometimento com a assistência técnica.

As interações dos atores sociais com meio biofísico, na produção de novidades, aproximam os sistemas produtivos de um funcionamento resiliente e sustentável (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008; STUIVER, 2008), semelhantemente como acontece entre técnicos da Camta e associados da Asmopac. Pois, conforme a intensidade do manejo, a natureza responde de formas distintas. Salienta-se, que para produzir açaí consiste na dinâmica da relação homem/natureza. Nos manejos mais intensivos, as possibilidades de geração de renda e alimento, provindas das unidades de produção, restringem-se aos meses da safra do açaí. Diferentemente, a adoção de arranjos produtivos diversificados, distancia os ribeirinhos das incertezas de alimento e renda na entressafra do fruto. Assim, percebe-se à luz da emergência de novidades, o rompimento com as regras do regime dominante, pela produção de um único produto, o açaí (MEDEIROS et al., 2020; OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020; MEDEIROS, SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021).

4 POR OUTRO LADO, AS LIMITAÇÕES DA NOVIDADE

Para Medeiros (2017), nem todos os agentes sociais de uma comunidade participam da emergência de uma novidade ou a aderem. Para a autora supracitada, isso não ocorre apenas pela livre escolha dos atores sociais no processo da construção, mas também pela exclusão por grupos de atores sociais locais. No entanto, quanto mais participativos e ativos os atores sociais forem, mais dotados de conhecimento estes serão, assim os seus discursos passam a ter maiores consonâncias nas comunidades e possibilidades de aceitação por outros atores sociais.

Na realidade da Asmopac, segundo a presidenta, apesar das palestras serem abertas ao público ribeirinho associado e não associado, a maior participação nesse momento de diálogo e orientação ainda é dos associados. Constatou-se que a maioria dos não associados da ilha Guajará de Baixo desconhecem a atuação da Asmopac no território cametaense, assim como as informações a respeito dos eventos promovidos pelas organizações sociais não chegam a esses atores sociais. Salienta-se que o extenso arquipélago cametaense, composto por mais de cem ilhas, limita o alcance da divulgação desses momentos para os ribeirinhos não associados, residentes nas comunidades mais distantes da sede da associação, como é o caso da ilha Guajará de Baixo. Tais afirmações, nos levam a refletir sobre a “invisibilidade” da atuação da associação nesses territórios.

Em Guajará de Baixo, 70% dos não associados entrevistados desconhece a atuação da Asmopac, embora a produção de açaí extrativo manejado desses ribeirinhos seja comercializada para os associados-intermediários da Asmopac e para os atravessadores. Os demais têm conhecimento da Asmopac por intermédio do vínculo constante com os associados-intermediários de Guajará de Baixo. A prática da intermediação, apesar de facilitar a venda do açaí dos não associados, implica no desconhecimento da certificação de açaí orgânico, por todos os não associados.

Diante disso, salienta-se que a invisibilidade da associação se manifesta pela flexibilidade dos não associados comercializarem sua produção, sem restrição, para associados-intermediários, atravessadores, e ainda nas feiras e para os batedores artesanais. No mercado local, não se difere açaí convencional de orgânico, entretanto o grau de maturação é determinante na preferência e na consolidação do valor auferido por lata. O açaí “tuíra”, proveniente de sistemas de produção mais diversificados, detêm maior preferência dos consumidores locais, inclusive o preço torna-se superior ao do açaí orgânico, quando comparado o preço na safra de 2020, a diferença alcançou até R\$ 12,00. Nesse contexto, os associados-intermediários que produzem açaí em sistema diversificado, direcionam a produção de suas unidades entre todas as opções de mercados para o açaí. Percebe-se que, a emergência

da novidade organizacional (Asmopac), não se limita ao mercado dos orgânicos, e eleva a possibilidade de escolhas de acesso aos mercados. Essas estratégias, frente as escolhas de mercados, passam a serem vistas como manobras da emergência de novidades.

Embora percebemos as importâncias da Asmopac no contexto da produção e comercialização de açaí extrativo manejado, 70% dos não associados afirmaram no momento não terem interesse em praticar da venda coletiva do açaí. Pois, segundo eles, independente da participação em organização social, a venda do açaí é garantida pela alta procura. Os quais tinham interesse em se associar, visavam, principalmente, serem contemplados com acompanhamento técnico em suas unidades de produção, a fim do aperfeiçoamento na prática do manejo do açaizal. A melhoria do manejo promovida pela parceria entre as organizações sociais, com maior difusão nas unidades de produção dos associados, pode ser catalisadora para difusão de unidades de produção sustentáveis, visto que os não associados têm interesse por aperfeiçoar essa prática.

Ademais, nas relações sociais, as certezas e incertezas perpassadas nos diálogos dentro da comunidade refletem nas escolhas dos atores sociais na adesão de uma novidade (FIRTH, 1974; OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020). No contexto local, constatou-se que a resistência de alguns ribeirinhos em aderir a uma organização social, perpassa pela incerteza da permanência do recebimento do seguro defeso e da bolsa família, após adesão à organização social. Pois, nos diálogos dentro do território, ribeirinhos não associados pronunciam essas informações para outros, colaborando para a invisibilidade da associação quanto ao quantitativo de associados.

A invisibilidade da associação, também perpassa por fatores limitantes, principalmente os relacionados à infraestrutura. Segundo a presidente da associação, os gargalos que impedem a associação de envolver mais ribeirinhos é o quantitativo reduzido de técnicos da Camta que prestam visitas técnicas aos associados da Asmopac, e às altas despesas das idas à campo e no ato da certificação, pagas pelas organizações sociais. Ressalta-se que o percurso de automóvel de Tomé-Açu à Cametá é de aproximadamente 5 horas, e dentro do território cametaense os associados residem em ilhas diferentes e distantes entre si, com locomoção exclusivamente por via fluvial, o que gera altas despesas com combustível e demanda de tempo. Salienta-se que, embora a novidade organizacional esteja reverberando consequências positivas aos associados, fatores a própria escolha da organização limita a participação de mais atores sociais na novidade.

Segundo a presidente da Asmopac, nas unidades de produção, prefere-se associar apenas o responsável pela comercialização, mesmo que o trabalho seja coletivo nas etapas de produção do açaí, conforme mencionado pelos ribeirinhos. De tal modo, por mais que o núcleo familiar seja composto por cinco membros, associa-se apenas o chefe da família, por exemplo. No contexto, as escolhas dos atores ribeirinhos em se associar ou não, se limitam a opção da organização social.

5 ESCOLHAS DOS ATORES SOCIAIS NO MANEJO DOS AÇAIZAIS E ALGUMAS INFLUÊNCIAS NA COMERCIALIZAÇÃO

Segundo Firth (1974), na sociedade capitalista a maioria das relações sociais se constroem por intermédios econômicos, mesmo que em níveis diferentes. Essas relações que envolvem valores econômicos podem ser percebidas nos circuitos de compra ou venda de “produtos” ou “mercadorias” (APPADURAI, 2008). Para Firth (1974), o humano é o principal intermediador da organização econômica, embora esta envolva bens não-humanos, como por exemplo taxas de juros e créditos. Devido a essa complexidade, pela atribuição de valores aos bens e serviços, surgem combinações ou limitações nessas relações, o que implica a necessidade

de organizar esses elementos dentro de um sistema. E são esses valores que determinam as escolhas feitas pelos atores sociais.

Firth (1974), afirma que as escolhas são feitas em relação a outras escolhas, formando um sistema contínuo em sequência de tempo e ação, com uma série de relações envolvidas. Desse modo, Firth (1974) salienta que as escolhas individuais são influenciadas por outras pessoas por intermédio da socialização entre os indivíduos. Quanto mais elevado o nível da intensidade de socialização dentro de uma sociedade, maior será a receptação das escolhas por influências sociais.

Para Firth (1974) apesar das escolhas serem individuais, os atores sociais poderão optar por escolhas semelhantes, podendo assim haver concorrência por recursos, produtos e bens; ou as escolhas podem ser difusas, resultado em nenhuma ou pouca interferência nas escolhas dos outros atores sociais. Entretanto, dentre as possibilidades de escolhas, os atores sociais podem optar por aquelas mais apropriadas para o determinado contexto (FIRTH, 1974). Logo, esses atores sociais tendem a ser conscientes em suas escolhas, por mais que sejam mudadas após se conseguir os objetivos desejados com suas escolhas de momento. No caso da participação em organizações sociais, a escolha dos atores em se associar pode ocorrer devido aos benefícios coletivos provenientes destas organizações.

Para Firth, a maioria das escolhas, em se tratando de relações sociais, são influenciadas por aspectos econômicos, em um campo que envolve bens e serviços, embora não seja o único fator de influência nas escolhas dos atores sociais. A construção de laços de amizade entre vendedor e comprador, pode romper com a escolha econômica, assim como, outros benéficos alcançados, como os ambientais, para além do econômico, por exemplo. Desvinculado do valor monetário, os serviços que não necessariamente possuem um valor econômico, mas social, surgem quando as organizações oferecem aos associados ou à comunidade outros serviços, como uma ação social, oferta de cursos de capacitação, projetos socioambientais, entre outros.

No contexto analisado, a produção e consumo de açaí extrativo manejado sempre esteve presente no contexto das famílias ribeirinhas do município de Cametá-PA. Desde os primeiros habitantes das várzeas estuarinas, o suco ou “vinho” de açaí, como é conhecido localmente, junto com o peixe e a farinha de mandioca, são os principais alimentos consumidos pelas famílias (SOBRINHO, 2005). Para Brondízio (2008), até a década de 1990, o “vinho” de açaí era visto como alimento dos pobres, sendo consumido principalmente pelas classes de baixa renda do estado do Pará. Decorrente disso, o valor do fruto *in natura* e do “vinho” de açaí era insignificante nos mercados e se restringia às feiras locais e processadores artesanais.

Os ribeirinhos, pouco empregavam práticas de manejo nos açaizais nativos para aumento de produção. Predominavam os sistemas extrativistas, com pequenos açaizais localizados ao redor das residências. Para Homma et al. (2006) e Homma (2012), os sistemas extrativistas são aqueles onde há pouca ou nenhuma interferência humana no manejo da espécie. Por mais que existisse uma demanda local por açaí, o palmito de açaí era o principal produto de valor econômico extrativo da palmeira (RODRIGUES; MEDEIROS, 2021). Entretanto, em decorrência de descobertas benéficas à saúde, provenientes da polpa do açaí, nos últimos 25 anos, o fruto tem conquistado a aceitação de consumidores a nível nacional e global, acarretando um elevado potencial econômico que tem contribuído para a emergência da produção de novidades nessa cadeia.

Segundo Rodrigues e Medeiros (2023a), nas unidades de produção dos ribeirinhos das várzeas estuarinas do território cametaense, encontra-se uma riquíssima diversidade de espécies frutíferas. Contudo, os açazeiros se sobressaem entre as demais, com expressiva abundância. Segundo os ribeirinhos, atualmente o interesse pelos açazeiros deixou de ser para a exploração predatória do palmito, como ocorreu nas décadas de 1970 a meados de 1980, o que culminou na criação da Lei nº 6.576/78 que proibia essa prática predatória em território nacional. Agora ganhando novas roupagens, o fruto passa a ser o principal interesse econômico (SOBRINHO,

2005; HOMMA et al., 2006; RODRIGUES; MEDEIROS, 2023b), apesar do palmito ainda ser extraído no manejo, e comercializado.

Nesse processo, houve uma reconfiguração nos modos de produção. Os ribeirinhos passaram manejar os açazais nativos com maior intensidade para o aumento produtivo (AZEVEDO, 2010). Grossmann et al. (2004), Azevedo (2010), Santos, Sena e Homma (2012) e Araújo e Navegantes-Alves (2015) diferenciam quatro tipos de manejo de açazais adotados por ribeirinhos, no território paraense (intensivo, semi-intensivo, moderado e semi-moderado). Na comunidade estudada, a partir do ano 2000, todos os ribeirinhos entrevistados vêm aplicando algum desses tipos de manejo nos açazais. Diante disso, prevalecem as escolhas dos ribeirinhos na adoção do manejo, que pode ser influenciado por fatores externos, como participação em organização social, acompanhamento técnico, dependência dos tipos de canais de comercialização, realização de projetos de vidas em curto, médio ou longo prazo.

A produção de açaí é a maior fonte de renda entre as atividades agrícolas e agroextrativistas no território cametaense, como afirmaram os ribeirinhos e é comprovado pelo IBGE. Em 2022 a comercialização do fruto injetou R\$ 5.927.144 mil reais na economia do estado do Pará, e R\$ 666.781 mil reais em Cametá, segundo maior produtor (IBGE, 2022). Contudo, ainda se questiona quanto à sustentabilidade da sociobiodiversidade proveniente das escolhas dos ribeirinhos quanto ao tipo de manejo empregado nos açazais. Pompeu et al. (2021) constataram, em uma comunidade ribeirinha em Cametá, que aproximadamente 50% das famílias entrevistadas praticavam o manejo intensivo, caracterizado pela supressão das espécies florestais nativas para a adoção de sistemas produtivos de açazais que mais se aproximam ao monocultivo.

Nas pesquisas de Rodrigues e Medeiros (2021), identificou-se que nas unidades de produção dos ribeirinhos de Guajará de Baixo houve a expansão das áreas manejadas para a produção de açaí, principalmente a partir da entrada dos atravessadores e associados intermediários que preferem grande volume de açaí extrativo manejado. Ressalta-se que todos os ribeirinhos entrevistados acessavam o canal de comercialização via associado-intermediário e/ou atravessador para a venda do açaí. Embora a escolha por mais de um canal representasse 84% entre os 16 ribeirinhos não associados. A elevada preferência na escolha dos ribeirinhos por esses dois tipos de canais de comercialização, emergem de outras escolhas, como a flexibilidade na venda, uma vez que os associados-intermediários e atravessadores compram a produção diretamente nas residências dos ribeirinhos, independentemente da quantidade, com exigências de padrões mínimos de maturação do fruto, quando este se apresenta com coloração preto.

Além disso, constatou-se que, nas três famílias que comercializavam exclusivamente para esses dois canais de comercialização, as únicas fontes de renda eram da produção de açaí e de benefícios governamentais, como bolsa família e Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), localmente conhecido como “seguro defeso”⁴. O açaí por ser um fruto sazonal, contemplava a principal fonte de renda na safra, na entressafra o seguro defeso emergia como a renda principal. Nessas residências, pelo menos duas pessoas recebiam esse benefício. Embora a escolha desses ribeirinhos contemple os seus anseios de momento, conseqüentemente, essa pouca diversificação econômica influencia a prática do manejo intensivo para produção em larga escala do açaí. Segundo Lima e Pozzobon (2005) quanto

⁴ No Art. 1º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, diz que o seguro-desemprego é um benefício governamental, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, pago durante 4 meses, no período de defeso de atividade pesqueira, ao pescador artesanal de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar.

maior a dependência de um único produto, maior será a intensificação no modo de produção, colocando em risco a autonomia da família e a sustentabilidade do ecossistema.

Diversas pesquisas realizadas em comunidades ribeirinhas no Pará apontam que a redução da biodiversidade acarretada pela prática intensiva no manejo de açazais tem provocado o desequilíbrio ecológico e ambiental do ecossistema de várzea, interferindo na produtividade e qualidade do fruto de açaí, bem como na soberania e segurança alimentar dos ribeirinhos (HOMMA, 2006; CORRÊA, 2010; CIALDELLA; NAVEGANTES-ALVES, 2014). Na comunidade pesquisada foram citados pelos ribeirinhos vários problemas socioambientais, como o aparecimento de pragas e doenças nos açazais, secamento e aborto dos frutos, preenchimento incompleto de frutos nas ráquias, baixa produtividade, estagnação da produção, açaí com aparência física moqueada, folhas com aparência amarelada, caules e palmitos finos, assoreamento de igarapés e erosão à margem dos rios.

Na ilha Guajará de Baixo, embora a escolha do manejo seja individual de cada ribeirinho, todos são influenciados por atores sociais endógenos (ribeirinhos da mesma ilha) ou exógenos (ribeirinhos de outras ilhas, atravessadores, associados-intermediários, associação e cooperativa). A difusão dos diferentes tipos de manejos, que emerge a partir dessas relações sociais, por intermédios das trocas de conhecimentos, distancia ou aproxima de uma maior ou menor “açazização” da paisagem. As experiências mais expressivas, resultantes dessas relações, quanto a maior “açazização”, se manifestam nas relações dos ribeirinhos não associados com os atravessadores, que os incentivam a intensificar o manejo para a produção do fruto. Nesse mesmo sentido, alguns ribeirinhos mais experientes com o manejo de açazais mais homogêneos, são contratados por diárias, por outros ribeirinhos da mesma ilha ou ilhas diferentes para replicar o manejo semelhante em seus açazais, a fim de atender seus anseios. Nessas relações sociais, expressas nessas experiências do saber-fazer manejo, mesmo que atendam a curto, médio ou longo prazo os anseios dos ribeirinhos, as mesmas podem ser revistas e mudadas futuramente por outras escolhas.

No caso dos associados da Asmopac que, anterior à emergência da associação, praticavam o manejo intensivo, após a escolha em se associar, quando a associação emergiu a partir de 2007 como uma novidade no contexto ribeirinho cametaense, estes têm aderido à escolha por prática de manejo mais sustentável à sociobiodiversidade. Esses ribeirinhos buscam conciliar a produção de açaí com outras espécies florestais e frutíferas da sociobiodiversidade, como por exemplo cacau (*Theobroma cacao* L.), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), ucuúba (*Viola surinamensis* (Rol.) Warb.), murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.), mututizeiro (*Pterocarpus macrocarpus*), seringueira (*Hevea brasiliensis* L.), jutaizeiro (*Hymenaea* spp.), pracuúbeira (*Mora paraensis*), cinzeira (*Vochysia Tucanorum*), pitaiqueira (*Swartzia polyphylla*), ingazeiro (*Ínga edulis* Mart.), jambeiro, (*Syzygium malaccense* L.), mangueira (*Mangifera indica*), cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), ajuruzeiro (*Chrysobalanus icaco*), ameixeira (*Syzygium cumini*), bananeira (*Musa* spp.), araçazeiro (*Psidium* spp.), fruta-pãozeira (*Artocarpus altilis*) etc.

Nas trocas de experiências entre associação e cooperativa, associados e técnicos, um leque de oportunidades mercadológicas, de renda e de alimento, emergem e aproxima os sistemas de produção dos ribeirinhos associados à Asmopac ao Safta. Nesses tipos de sistemas de produção, o açaí extrativo manejado tem sua importância significativa para as familiares, assim como todas as outras espécies que compõem o sistema passam a ser percebidas pelos ribeirinhos associados com alguma utilidade e oportunidade de renda e/ou alimento. A maioria delas fornece algum produto de interesse econômico e alimentar, as de copas mais altas fazem o sombreamento para os açazeiros, ambas servem de habitat para animais e insetos que exercem a polinização dos frutos, além de contribuírem com a ciclagem de nutrientes.

Percebe-se que a escolha em se associar vai muito além em participar de uma organização social. No caso da Asmopac, inclui os múltiplos benefícios imateriais repassados

aos associados, da parceria entre Camta e Asmopac. A novidade do manejo dos açazais baseado no Safta é uma das mais importantes escolhas dos ribeirinhos associados que oportuniza o acesso a vários tipos de mercado, a maior diversificação de alimento e renda, na unidade de produção. Ressalta-se que esse dispositivo não se limita às propriedades dos associados. Para os ribeirinhos que escolhem comercializar a produção de açaí para os intermediários-associados, no ato da compra, os associados-intermediários difundem o conhecimento e incentivam os não associados na diversificação produtiva. Para Firth (1974), a socialização entre atores sociais influencia diretamente nas escolhas dos envolvidos. No caso do açaí, as escolhas dos ribeirinhos por um tipo diferenciado de manejo, por exemplo, podem ser motivadas por fins econômicos, sociais e ambientais. Mas em ambos os casos, sempre haverá relações, seja entre os próprios ribeirinhos, ribeirinhos/atravesadores, ribeirinhos/organizações sociais, entre outras.

Nos açazais diversificados, os ribeirinhos afirmam que se consegue estender a produção para a entressafra (janeiro a junho). Ainda que com uma redução de aproximadamente 70% em relação à safra (FURLANETO, 2020). Segundo os ribeirinhos, devido ao sombreamento dos cachos de açaí proporcionado pelas espécies florestais no estágio final da maturação, quando o açaí se encontra na coloração preto, cria-se um pó embranquecido que reveste o fruto, conhecido localmente como açaí “tuíra”, proporcionando maior durabilidade do açaí na palmeira sem que o resseque. Em açazais com incidência de insolação direta no fruto, dificilmente se consegue colher açaí “tuíra”. Rodrigues e Medeiros (2021) constataram que nos açazais diversificados se produz frutos de melhor qualidade, com maior rendimento de polpa e maior aceitação nos canais regionais de comercialização em relação ao açaí de sistema intensivo. Para os ribeirinhos que produzem açaí “tuíra”, na safra, torna-se mais vantajoso a comercialização nas feiras ou para os batedores artesanais. Nesses tipos de canais, em 2023, se alcançou em torno de R\$ 15,00 a mais, na lata, que o valor auferido pelos atravessadores e associados-intermediários que não diferem açaí comum de açaí “tuíra” no ato da compra. Ressalta-se que o preço do açaí *in natura* sofre variação diariamente em ambos os canais de comercialização.

Para os ribeirinhos, escolher diversificar a produção, vai muito além da escolha em produzir açaí de melhor qualidade. Abre-se novas possibilidades de retroalimentação e novidades no sistema. Os açazeiros se beneficiam com o sombreamento, ciclagem de nutrientes e visitas constantes de polinizadores, conferindo-lhes maiores cachos. Para os ribeirinhos associados se abrem novas oportunidades de mercados e confiabilidade dos clientes locais. Ademais, com a produção da entressafra, se consegue soberania e segurança alimentar para as famílias e para os consumidores locais e maiores renda com a comercialização. Ressalta-se que na entressafra o valor médio pago por lata de açaí nos canais regionais chega a duplicar em relação à safra, como constatado em 2023, quando o preço alcançou R\$ 45,00 na safra e R\$ 100,00 na entressafra.

Nessa concepção, salienta-se que a escolha na comercialização do açaí pelos ribeirinhos segue a lógica de relações sociais de amizade entre os atores sociais ribeirinhos e compradores, mas também é influenciada pela lógica econômica, mencionada por Firth (1974). Em Guajará de Baixo, independentemente do canal de comercialização acessado pelos ribeirinhos, o valor monetário é um dos influenciadores na escolha, sendo que se dá preferência ao canal que oferta melhor preço. Logo, entre atravessadores e associados intermediários, nas feiras e batedores artesanais, emergem as concorrências pela oferta do melhor preço. Entre atravessadores e associados intermediários, o maior preço auferido pode influenciar na compra de maior volume de açaí extrativo manejado. Nas feiras e batedores artesanais, o maior preço não ocorre exclusivamente pela compra de maior volume, mas pelo açaí de melhor qualidade, no caso, o “tuíra”.

Entretanto, seguindo a lógica da oferta e demanda, quando o volume da oferta de açaí nas feiras e bateadores artesanias, ultrapassa a demanda desses atores sociais, os ribeirinhos tendem a reduzir o preço da lata, em relação ao ribeirinho concorrente, para então se conseguir vender a produção total de açaí extrativo manejado. Nessa lógica, o açaí “tuíra”, figura sempre em vantagem nas escolhas de compra nesses mercados.

Desse modo, a emergência da Asmopac como novidade nesse contexto, influência nas escolhas dos ribeirinhos associados, e propicia diversas retroalimentações no sistema, que diferem dos não associados, constatando benefícios econômicos, sociais e ambientais decorrentes das escolhas dos associados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências analisadas no decorrer desse estudo mostram o protagonismo dos ribeirinhos associados e não associados, produtores do açaí extrativo manejado. Na prática do manejo dos açazais, os ribeirinhos realizam escolhas quanto a intensidade do manejo. As escolhas que melhor atendem suas necessidades momentâneas ou a médio e longo prazo, sofrem influências de atores sociais presentes na cadeia de comercialização do fruto, como organizações sociais, atravessadores, associados-intermediários e canais de comercialização regionais. A produção de novidades, nesse contexto, emerge principalmente a partir da valorização econômica do açaí, e pode ser percebida em diferentes práticas de manejo e na emergência da organização social para a venda do açaí diferenciado. Estar vinculado a uma organização social reflete diretamente na escolha por sistemas de produção mais diversificados decorrentes da influência da organização e dos benefícios coletivos. Contudo, algumas limitações estruturais dificultam a visibilidade da Asmopac para o alcance de um número maior de associados. Desse modo, prevalece a escolha da associação em permanecer com um número reduzido de associados. Quanto mais individualizado e dependente do mercado atravessador e do associado-intermediário na comercialização do açaí o ribeirinho estiver, maior é a intensidade do manejo nos açazais para atender esses canais, e a dependência da produção de açaí como fonte econômica de renda. Embora a difusão da novidade do manejo seja repassada pelos associados-intermediários na relação da compra de açaí dos ribeirinhos não associados, a efetivação se dá com a participação nos espaços de trocas de conhecimentos entre técnicos e ribeirinhos. À luz do conceito de escolhas, proposto por Firth (1974), as séries de relações envolvidas dentro da complexa cadeia do açaí extrativo manejado influenciam em todas as etapas produtivas. Para as agroindústrias operacionalizarem, exige-se grande volume de açaí *in natura* na safra, tornando-as ociosas na entressafra pela falta do fruto. Em decorrência, os ribeirinhos que escolhem comercializar exclusivamente para os associados-intermediários e atravessadores se veem pressionados por uma produção de açaí em larga escala, implicando diretamente na escolha pela intensificação do manejo. Assim, os açazais com manejos mais expressivos quanto à “açazização” eram dos ribeirinhos com maior dependência na comercialização para os associados-intermediários e atravessadores.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**, v. 1, p. 399, 2008.

ARAUJO, C. T. D. de; NAVEGANTES-ALVES, L. de F. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico: sistemas de manejo e

suas implicações sobre a diversidade de espécies arbóreas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Belém - PA, v. 10, p.12-23, dez. 2015.

AZEVEDO, James Ribeiro de. **Sistema de manejo de açaizais nativos praticado por ribeirinhos**. São Luís/MA: EDUFMA, 2010.

BRONDÍZIO, Eduardo S. The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: Forest Farmers in the Global Market. **Advances in Economic Botany**, v. 16, p. iii-403, 2008.

BULHÕES, F. M. **Conhecimento e inovação no manejo de sistemas agroflorestais por citricultores ecológicos no Vale do Cai/RS**. 309 f. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

CAMTA. Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. **Sistema Agroflorestal De Tomé-Açu (Safta) – Tecnologia Social Da Amazônia**. Tomé-açu- PA, 2021. Disponível em: ><https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/sistema-agroflorestal-de-tome-acu-safta-tecnologia-social-da-amazonia><. Acesso em: 19 de jul. 2021.

CARNEIRO, E. J. “Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável”. In: In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; BARROS, D. P. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHARÃO-MARQUES, F. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CIALDELLA, Nathalie; NAVEGANTES-ALVES, Livia. O ouro negro “açaí” irá beneficiar a agricultura familiar na Amazônia Oriental? Reflexões sobre as mudanças recentes nas práticas de produção de açaí. In: **Anais do X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas e Produção, Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2014.

CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Do território recurso ao território abrigo: Modo de vida e processo de valorização do açaí no município de Cametá- Pa**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2010.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: ><https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/79157772/area-plantada-com-acaizeiros-de-terra-firme-gerados-pela-pesquisa-cresce-675-no-brasil#:~:text=Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20impacto%20da%20cultivar,indica%20estudo%20conduzido%20pela%20Embrapa><. Acesso em: 22 de jun. 2023.

FIRTH, R. O contexto social da organização econômica. In: FIRTH, R. **Elementos de organização social**. Zahar, Editores, Rio de Janeiro, 1974, p. 138-173.

FURLANETO, Laura Badiz. Parâmetros tecnológicos, comerciais e nutracêuticos do açaí (*Euterpe oleracea*). **Revista Internacional de Ciências**, v. 10, n. 1, p. 91-107, 2020.

- GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR/UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GEELS, F. W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspectives and a case-study. **Research Policy**, Amsterdam, n.31, p. 1257-1274, 2002.
- GEELS, F. W.; Schot, J. Typology of sociotechnical transition pathways. **Research Policy**, n. 36, pp. 399-417, 2007.
- GEELS, F. W. Understanding system innovations: a critical literature review and a conceptual synthesis. In: Elzen, B.; Geels, F. W.; Green, K. **System Innovation and the Transition to Sustainability: theory, evidence and policy**. Cheltenham: Northampton: Edward Elgar, pp. 19-47, 2004.
- GIOMBELLI, Giovana Paludo; TECCHIO, Andréia; BONI, Valdete. A construção social de um sistema de governança territorial: atuação de uma cooperativa de crédito rural na região Oeste de Santa Catarina. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 186-204, 2022.
- GROSSMANN, M. et al. Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açais amazônicos e regulamentações oficiais. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L. GROSSMANN, M. (Ed.). **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 123 – 134. (Coleção Adolpho Ducke).
- HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma Marques; MELLO, Alex de. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- HOMMA, A. K. O. et al. Açaí: novos desafios e tendências. **Embrapa Amazônia Oriental- Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2006. In: SILVA, J.G. da; STOLEKE, V. A **questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-63.
- HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.
- IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022)**. Disponível em: ><https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama><. Acesso em: 11 jun. 2023.
- Kemp, R.; Schot, J.; Hoogma, R. Regime shifts to sustainability through processes of niche formation: the approach of Strategic Niche Management. *Technology Analysis & Strategic Management*, London, v. 10, n. 2, p. 175 – 196, 1998.
- LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.
- MDA/MMA/MDS. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. 2009.

MEDEIROS, M. **Diversidade de saberes em situações de interface:** a emergência da agricultura de base ecológica entre agricultores familiares no sul do Rio Grande do Sul. 2011. Dissertação (Mestrado)– Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MEDEIROS, M. **Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural:** os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico. 2017. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

MEDEIROS, M. et al. A constituição de uma novidade organizacional no Sul do Brasil: avanços e limites da participação da agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, 2020.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 26, 2021.

Mello, M. A. **Sementes que brotam da crise: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina.** 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Editora Polis, p.191-211. 1987.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. In search of useful theory of innovation. **Research Policy**, 6(1), 36-76, 1977. [http://dx.doi.org/10.1016/0048-7333\(77\)90029-4](http://dx.doi.org/10.1016/0048-7333(77)90029-4)

NOGUEIRA, A. K. M.; SANTANA, A. C.; GARCIA, W. S. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. **Revista Ceres**, v. 60, p. 324-331, 2013.

OLIVEIRA, D. **Produção de conhecimentos e inovações na transição agroecológica: O caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS.** 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. A. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes: revista do desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, RS. Vol. 25, n. 1 (2020), p. 135-163.**, 2020.

OLIVEIRA, T. N., BRANDÃO, L. P.; PENA, H. W. A. Análise da dinâmica da estrutura produtiva do município de Cametá, Amazônia-Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 194, 2014.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. The dynamic of novelty production. 2008. In: PLOEG, J. D.; MARSDEN, T. (Eds.) **Unfolding Webs: The dynamics of regional rural development**. Van Gorgum. 262 p. 2008.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. The dynamic of novelty production. In J. D. Van der Ploeg & T. Marsden (Eds.), **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development** (262 p.), 2008. Assen: Van Gorgum.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-54.

POMPEU, G do. S dos. et al. Manejo de agroflorestas na Amazônia Tocantina: percepções de famílias agricultoras para a educação agroflorestal. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Vol. 16, nº 1, p.40-52, 2021.

RODRIGUES, R. P.; MEDEIROS, M. A globalização do açaí e sua influência nas práticas agrícolas de camponeses-ribeirinhos do Baixo Tocantins. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 228-245, 2021.

RODRIGUES, R. P.; MEDEIROS, M. Atividades socioprodutivas e tipologias de Unidades de Produção Familiar de camponeses-ribeirinhos em várzea do Baixo Tocantins. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, p. e264420, 2023a.

RODRIGUES, R. P.; MEDEIROS, M. Estratégias coletivas de comercialização de açaí e ambiguidade discursiva em torno da sustentabilidade no nordeste Paraense. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 62, p. 1264-1285, jul./dez. 2023b.

SANTOS, J. C dos.; SENA, AL dos S.; HOMMA, A. K. O. Viabilidade econômica do manejo de açazais no estuário amazônico: estudo de caso na região do Rio Tauerá-açu, Abaetetuba-estado do Pará. In: **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., 2012, Vitória. Agricultura e desenvolvimento rural com sustentabilidade: anais. Vitória: SOBER: UFES, 2012.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, crédito, juro e o ciclo econômico**. 1985. Trad. Maria Silvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural, (1934).

SOBRINHO, S. A. S. A certificação do açaí na região. **riquezas**, v. 2, p. 23, 2005.

SOUZA, M. L. **Cooperativa agrícola resistência do Tocantins-CART: alternativa de organização sócio-produtiva do pequeno produtor rural em Cametá/Pará**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. Belém-PA.

STUIVER, M. **Regime, change and storylines: a sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch farming**. Netherlands: Wageningen Univol, 2008.

WISKERKE, J. S. C.; VAN DER PLOEG, J. D. **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture** (p. 1-28). Netherlands: Royal van Gorcum, 2004.